

**ENTREGUE PELA DELEGAÇÃO DO SNESUP AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NA AUDIÊNCIA  
CONCEDIDA EM 2 DE MARÇO DE 2004**

A delegação do SNESup manifesta a sua vontade em se empenhar na qualificação do sistema de ensino como um todo, disponibilizando-se para participar na resolução dos problemas a montante do Ensino Superior.

Com esta audiência o SNESup quer esclarecer com o ME a questão da contagem do tempo de serviço docente no Ensino Superior para efeitos de concurso ao ensino Pré-escolar, Básico e Secundário. O SNESup defende que a intercomunicação entre carreiras é essencial para o desenvolvimento do sistema de ensino e contesta muito particularmente o decreto-Lei 35/2003 por o mesmo pôr fim, no nº 2 do artigo 14º, à contagem de tempo de serviço no Ensino Superior para efeitos de concurso aos Ensinos Básico e Secundário.

O SNESup pretende apresentar ao ME propostas que consignem uma intercomunicação entre carreiras docentes. Nesse sentido manifesta a sua disponibilidade para participar activamente na discussão e revisão dos estatutos de carreira dos diferentes níveis de ensino.

Relativamente à contagem do tempo de serviço docente no Ensino Superior para efeitos de graduação no concurso aos Ensinos Pré-escolar, Básico e Secundário, dado o ponto d 3.b) do aviso 2598-B/2004, que estipula que "O tempo de serviço prestado no Ensino Superior em regime de contrato, que vinha sendo contado por força dos decretos-Leis nº 18/1988, de 21 de Janeiro, e nº 35/1988, de 4 de Fevereiro, apenas releva para efeitos de graduação até 31 de Agosto de 2003", há três questões importantes que o SNESup pretende ver esclarecidas pelo ME.

Uma delas tem a ver com o facto de os docentes do Ensino Superior só lhes verem ser contabilizado, para efeitos de graduação, o tempo que já foi contado para outros concursos até 31 de Agosto de 2003, e apenas nos casos em que esse tempo esteja registado no processo individual do professor.

Não é admissível que docentes do Ensino Superior, muitos dos quais têm uma ligação efectiva aos Ensinos Básico e ao Secundário, e, em muitos casos, até mais duradoura que aquela que mantêm com o Ensino Superior, mas que passaram os 3, 4, ou 5 últimos anos a exercer a docência no Ensino Superior sem terem concorrido ao Básico e Secundário, querendo agora concorrer, não possam ver ser-lhes contados estes anos de docência no Ensino Superior só porque as regras mudam de uma forma que não dá a essas pessoas qualquer possibilidade de "registar no seu processo individual" estes anos de serviço docente. Esta situação é tanto mais grave quanto o risco de desemprego a que estão sujeitos alguns docentes do Ensino Superior, com vínculos absolutamente precários, que sempre mantiveram a expectativa de poder transitar para o Ensino Básico e o Ensino Secundário, é agravado pela inexistência de subsídio de desemprego.

Outra questão é que, para além de ser incompreensível que os docentes do Ensino Superior não possam transitar para os Ensinos Básico e Secundário com a mesma facilidade que ocorrem os movimentos em sentido contrário, é inaceitável que se feche a porta à mobilidade entre as várias carreiras docentes do ensino público. Por isso, defendendo o SNESup que a qualificação do sistema de ensino depende da existência de mecanismos de intercomunicação entre carreiras, o Sindicato pretende obter da parte do ME um compromisso (sob a forma de despacho em DR) a esclarecer que o tempo de exercício de funções docentes no Ensino Superior deve ser contabilizado, para efeitos de candidatura a outros graus de ensino, não só este ano mas também nos anos posteriores.

Uma terceira questão tem a ver com o facto de vários docentes do Ensino Secundário, que actualmente exercem funções docentes em regime de requisição, destacamento ou comissão de serviço extraordinária no Ensino Superior, questionarem qual o alcance das implicações do decreto-lei 35/2003, de 27 de Janeiro, o qual tem por objecto regular o concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (cf. art. 1º), no que concerne à relevância (ou não relevância) do tempo de serviço agora prestado no Ensino Superior, para efeitos de graduação no

concurso em análise. Particularmente, está em causa a relevância do nº 2 do art. 14º do referido diploma que assim estipula: *“Considera-se tempo de serviço aquele que é o prestado como educador de infância ou professor dos ensinos básico ou secundário, sem prejuízo do disposto nos artigos 36º, 37º e 38º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.”*

Ora, se é certo que para efeitos de graduação dos candidatos o artigo em análise manda considerar apenas *o prestado como educador de infância ou professor dos Ensinos Básico ou Secundário*, é também certo que o mesmo artigo faz a ressalva do disposto nos artigos 36º, 37º e 38º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Por sua vez, o art. 36º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo decreto-lei nº. 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei nº. 105/97, de 29 de Abril e pelo decreto-lei nº. 1/98, de 2 de Janeiro, determina o seguinte: *“1- Não são considerados na contagem do tempo de serviço docente efectivo, para efeitos de progressão na carreira docente, os períodos referentes a requisição, destacamento e comissão de serviço para o exercício de funções não docentes, desde que não revistam natureza técnico-pedagógica.”*

**Do cotejo das normas pode inferir-se o seguinte:**

**A –** O novo diploma não quis revogar a norma do art. 36º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, a qual mantém por isso toda a sua actualidade. Tal decorre da sua não revogação expressa através da norma revogatória do art. 67º, como também da não revogação tácita. Ao invés, pelo facto de o legislador para ela remeter, permite claramente determinar que a mesma conserva a sua actualidade. Consequentemente,

**B –** Deve ter-se como tempo de serviço na situação em apreço:

**B-1.** *“aquele que é o prestado como educador de infância ou professor dos ensinos básico ou secundário”* como resulta do art. 14º n.º 2 do decreto-lei nº 35/2003, de 27 de Fevereiro;

**B-2.** O serviço equiparado a serviço docente – cf. art. 14º n.º 1 e n.º 2 (que remete para o art. 38º do Estatuto da Carreira, sob a epígrafe *Equiparação a serviço docente efectivo*) do decreto-lei nº 35/2003, de 27 de Fevereiro;

**B-3.** E bem assim, porque o legislador entende, quando diz *“sem prejuízo do disposto nos artigos 36º (...) do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos ensinos Básico e Secundário”*, que devem ser considerados *na contagem do tempo de serviço docente efectivo, para efeitos de progressão na carreira docente, os períodos referentes a requisição, destacamento e comissão de serviço para o exercício de funções docentes*”, como resulta da leitura *a contrario sensu* do art. 36º;

**B-4.** Devendo ainda ser relevado *na contagem do tempo de serviço docente efectivo, para efeitos de progressão na carreira docente, os períodos referentes a requisição, destacamento e comissão de serviço para o exercício de funções não docentes, desde que revistam natureza técnico-pedagógica*”, como também resulta da leitura *a contrario sensu* do art. 36º;

Isto porque, é o legislador que exclui. É o legislador que expressamente diz quais as situações que não são consideradas. Logo, todas as outras têm que ser consideradas. Não pode o intérprete excluir onde o legislador não excluiu (cf. nº. 2 do art. 9º do Código Civil: *“Não pode (...) ser considerado pelo intérprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso.”* É dizer que, se o legislador claramente nos diz que não são considerados *“(...) os períodos referentes a requisição, destacamento e comissão de serviço para o exercício de funções não docentes, desde que não revistam natureza técnico-pedagógica”*, são somente estes períodos que não são consideráveis. Logo, qualquer situação de requisição, destacamento e comissão de serviço extraordinária, para o exercício de funções docentes, ou funções não-docentes mas que revistam natureza técnico-pedagógica de qualquer nível de ensino – porque o legislador também não se refere a níveis de ensino - tem que ser relevado, sob pena de violação de lei.

Como última nota, deve ter-se presente que os avisos de abertura dos concursos, a publicar anualmente, são emanados no exercício de um poder regulamentar, tal como expressamente previsto na Constituição da República Portuguesa, no âmbito da competência administrativa do Governo, ao qual cabe nos termos do art. 199º alínea c) *“Fazer os regulamentos necessários à boa execução das leis”*.

Ora, o regulamento não é por natureza um acto legislativo, como claramente resulta da tipificação constitucional dos actos normativos efectuada pelo art. 112º que assim determina *“1. São actos legislativos as leis, os decretos-leis e os decretos legislativos regionais.”* Por conseguinte, o regulamento tem uma natureza infra legal, dada a sua subordinação às leis que visam regulamentar e resulta claramente do nº 8 do mesmo artigo 112º da Constituição da República: *“Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou que definem a competência subjectiva e objectiva para a sua emissão”*.

Consequentemente, qualquer aviso de abertura de concurso que contrarie o disposto no Estatuto da Carreira Docente deve ter-se por inaplicável, por violação de lei. Na prática, tal traduzir-se-á na possibilidade de impugnação autónoma da norma regulamentar e, bem assim, na possibilidade de os candidatos a concurso, cuja graduação demonstre a aplicação da norma regulamentar, com afastamento do estatuído no Estatuto da Carreira Docente, poderem impugnar judicialmente a decisão de exclusão.

Por outro lado, é urgente esclarecer a noção que o ME tem de Ensino público, dado que dele parecem estar excluídas as instituições tuteladas pelo MCES. Este entendimento, para além de ser incompreensível, coloca os docentes do Ensino Superior que se candidatam aos Ensinos Básico e Secundário a concorrer numa prioridade de segunda linha.

Neste sentido, realçando e formalizando a sua disponibilidade para participar na discussão da revisão dos estatutos das carreiras docentes, o SNESup transmite ao ME as seguintes premissas, que gostaria de discutir em sede de revisão estatutária:

É uma incongruência não contar o tempo de serviço docente exercido no Ensino Superior para efeitos de candidatura aos Ensinos Pré-escolar, Básico e Secundário, a docentes que estão, leccionando e orientando estágios, a formar outros docentes para estes níveis de ensino.

Não é de todo compreensível que se esteja a limitar os mecanismos de intercomunicação entre carreiras quando, numa lógica de flexibilidade do sistema de ensino e da necessária interligação entre os seus diferentes níveis, se torna absolutamente necessário diminuir os níveis de insucesso no Ensino Superior e Secundário e aumentar os níveis de escolarização da população portuguesa. O Ensino Superior continua a absorver docentes dos Ensinos Básico e Secundário porque precisa deles de forma a corresponder às legítimas aspirações de formação da população portuguesa. O que não é legítimo é que a mobilidade funcione num único sentido.

Nos concursos de admissão a docentes para cursos de formação de professores no Ensino Superior é frequentemente valorizado o tempo de serviço no Pré-escolar, no Básico e no Secundário como critérios de admissão e/ou preferência, não se percebendo porque é que o oposto não pode existir.

Muitas escolas de Ensino Superior têm necessidade de estabelecer parcerias de investigação com escolas do Pré-escolar, Básico e Secundário para a concretização dos seus projectos de investigação. As universidades e politécnicos constituem pólos dinamizadores de investigação aplicada e é desejável que os resultados dos projectos de investigação possam ser implementados nas escolas do Pré-escolar, Básico e Secundário, o que será tanto mais fácil de concretizar quanto maiores forem as possibilidades de interligação entre as carreiras.

A função de professor nas sociedades modernas deve ser salvaguardada. A lógica mais ou menos explícita em muitos discursos oficiais e científico-pedagógicos é a de salientar a utilidade de experiências de ensino diversificadas. Não as considerar, nem as permitir, é passar uma esponja pela experiência de Ensino Superior que muitos docentes do Pré-escolar, Básico e Secundário obtiveram e, mais que isso, é eliminar um factor de enriquecimento profissional e pedagógico;

A questão da intercomunicabilidade de carreiras não pode ser um discurso vazio, retórico e inconsequente. Não se pode afunilar a questão somente para os organismos públicos e institutos da Administração Central. Esta intercomunicabilidade é particularmente importante no domínio das carreiras docentes, já que ela constitui um eixo fundamental de optimização dos resultados obtidos. O próprio Estado aceita esta possibilidade de intercomunicação a título individual e espontâneo na "Bolsa de Emprego Público".

A Direcção do SNESup  
Lisboa, 2 de Março de 2004